

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.425 - SP (2019/0302841-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : LEONARDO HIDEHARU TSURUTA
ADVOGADO : LEONARDO HIDEHARU TSURUTA - SP0247208
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELO ARTUR MENDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. ROUBO. *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE INDEFERIU *MANDAMUS* ORIGINÁRIO. SÚMULA 691/STF. APLICABILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. AUSÊNCIA.

Inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Marcelo Artur Mendes** - preso preventivamente pela prática, em tese, do delito de roubo -, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que, em decisão monocrática, indeferiu o pedido liminar no *writ* ali impetrado (*Habeas Corpus* n. 2220639-60.2019.8.26.0000), mantendo a prisão preventiva do paciente, decretada pelo Juiz da 1ª Vara da comarca de Guará/SP (Ação Penal n. 1500681-72.2019.8.26.0213).

Alega-se, em síntese, constrangimento ilegal consistente na ausência de fundamentação da segregação cautelar imposta.

Defende que a segregação cautelar não se mostra razoável diante do crime pelo qual o paciente está sendo acusado, pois mesmo no caso de eventual condenação não será fixado regime fechado, considerando a primariedade e os bons antecedentes do paciente (fl. 5). Adverte, ainda, que sequer houve a consumação do crime, mas sim tentativa de roubo.

Postula-se, liminarmente, a concessão da ordem a fim de que o paciente aguarde em liberdade o julgamento definitivo deste *writ*. No mérito, pleiteia-se pela concessão definitiva da ordem.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado no Enunciado n. 691 da Súmula do Pretório Excelso, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

Tal posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que aqui não se observa.

Trago trecho da decisão que converteu o flagrante em preventiva (fl. 77):

[...]

De mais a mais, o crime é grave, os custodiados agiram com grave violência, na medida em que houve uso de arma de fogo de considerável calibre, tudo no desiderato de subtrair da vítima um celular e tomarem os objetos que estavam no local do crime. Não se deve olvidar que as condutas dos agentes caracterizam, ainda, a periculosidade dos suspeitos, que para atingirem o intento criminoso, não mediram esforços, demonstraram menoscabo com a integridade física de terceiros e com os bens jurídicos alheios, já que usaram arma de fogo para tanto, bem como tentaram sair do local dos fatos, quando ocorrida a chegada de policiais. Justifica-se, desta forma, a necessidade da custódia preventiva dos agentes MARCELO ARTUR MENDES e EDNEY SEIQUEIRA DA SILVA, a fim de assegurar a aplicação da lei penal, por conveniência da instrução criminal e até para garantir a ordem pública.

[...]

À primeira vista, autorizam a prisão preventiva as conclusões de que é devida a determinação de prisão cautelar em razão da gravidade concreta da conduta perpetrada pelo paciente, decorrente do *modus operandi*, uma vez que ao tentar praticar o delito de roubo, o paciente não mediu esforços, demonstrando menoscabo com a integridade física de terceiros, além de ter sido usada arma de fogo de considerável calibre e de haver tentativa de fuga do local no momento em que os policiais chegaram.

Ademais, diante da inadmissível supressão de instância, convém aguardar o trâmite regular do *habeas corpus* na origem, a fim de permitir que o órgão competente analise em maior profundidade a matéria ali levantada.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, inexistindo a excepcionalidade necessária ao abrandamento do enunciado da Súmula 691/STF, com fundamento nos arts. 38 da Lei n. 8.038/1990 e 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

